



A IMPORTÂNCIA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CRIADORES DE OVINOS DE CORTE NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

THE IMPORTANCE OF SOCIO-ECONOMIC PROFILE OF MEAT SHEEP BREEDERS IN THE DEVELOPMENT OF PUBLIC POLICY

Autor(es): Ernandes Barboza Belchior^{1*}; Juan Diego Ferelli de Souza¹; Hellen Cristina Guerreiro de Almeida²; Octávio Rossi de Moraes¹, Luciana Shiotsuki¹

Filiação: ¹Embrapa Caprinos e Ovinos, ²Embrapa Pesca e Aquicultura

E-mail: ernandes.belchior@embrapa.br (autor correspondente); juan.souza@embrapa.br; hellen.almeida@embrapa.br; octavio.morais@embrapa.br; luciana.shiotsuki@embrapa.br

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo

Resumo: A agropecuária brasileira é caracterizada pela versatilidade e heterogeneidade. São diversos os modos de produção e diferentes os tipos de criadores. Quando se avalia aspectos relacionados a criadores, sobretudo aqueles considerados familiares, a maioria dos estudos os retrata a partir de características econômicas e produtivas, suprimindo aspectos sociais importantes que os identificam enquanto grupos marcados por sociabilidades distintas. Dessa forma, objetivou-se com esse trabalho demonstrar a importância do perfil socioeconômico dos criadores de ovinos de corte e sua importância na formulação de políticas públicas. Para isso, foram entrevistados 336 criadores do município de Tauá-CE. O município possui um dos maiores rebanhos de ovinos do país e concentra um tradicional mercado de carne ovina no qual a “manta de Tauá” se destaca como principal produto. Observou-se que a maioria dos entrevistados se constitui sob núcleos familiares pequenos, estáveis, chefiados por homens com baixo grau de instrução e detentores de propriedades rurais com boa infraestrutura para moradia, mas pouco produtivas. Foram apontados ainda aspectos relacionados à juventude rural e suas consequências na sucessão familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, cadeia produtiva de ovinos, educação rural, juventude rural, sucessão familiar.

Abstract: Brazilian agriculture is characterized by versatility and variety. There are several modes of production and different types of farmers. When evaluating aspects of the creators, especially those considered farm family, most studies portrays them from economic and production characteristics, suppressing important social aspects that identify them as distinct groups marked by sociability. Thus, the aim of this work was to demonstrate the importance of the socioeconomic profile of sheep cutting and its importance in the formulation of public policies. For this, we interviewed 336 farmers in the municipality of Taua - CE. The city has one of the largest herds of sheep in the country and focuses a traditional lamb market in which the "Manta de Taua" stands out as the main product. It was observed that the majority of respondents in households are small, stable, headed by men with low levels of education and rural property owners with good infrastructure for housing, but not very productive. The aspects related to rural youth and their consequences on succession familiar were appointed.

Keywords: Family succession, Farm Family, Rural Education, Rural youth, Sheep Production

1. Introdução

Os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) atestaram a versatilidade e a heterogeneidade da agricultura brasileira. Dos 5.175.489 estabelecimentos rurais cadastrados, 8,19% geraram 84,9% do valor da produção total e 72,9% apenas 4% do valor total da produção (ALVES E ROCHA, 2010). Esse cenário descreve alguns processos emblemáticos da nova agricultura brasileira: a produção de riqueza no mundo rural está concentrada a uma pequena parcela de produtores. Aspectos como terra e trabalho, até então importantes para a explicação do desenvolvimento da agricultura, perderam respaldo em um cenário onde a adoção de tecnologias se tornou o fator preponderante para o sucesso agrícola. Os resultados demonstrados pelo complexo do agronegócio revelam que o problema de adoção de tecnologias não está no nível macro, mas sim na maioria daqueles estabelecimentos rurais que se tornaram limitados competitivamente e inaptos a gerar riqueza. Minimizar essas distorções através de políticas públicas é uma forma de ampliar a competitividade da agricultura brasileira e também refrear os índices de pobreza presentes no campo.

Nos últimos anos, o tema agricultura familiar tem se tornado presente no debate acadêmico. Inúmeras pesquisas têm tratado o assunto e apresentado aspectos importantes desse grupo de produtores (GUANZIROLI et al. 2001; SOUSA E SILVA, 2006; BUAINAIN E DEDECCA, 2009; ALVES E ROCHA, 2010; GUANZIROLI et al. 2009; HELFAND E PEREIRA, 2010; NAVARRO E PEDROSO, 2011; BUAINAIN et al., 2013, KAGEYAMA et al., 2013). Entretanto, a maioria dos autores busca representá-los prioritariamente sob o enfoque econômico. Esse aspecto tende a ter um peso maior quando se avalia políticas públicas em que questões relacionadas à sobrevivência são prementes. Porém, estudar os aspectos sociais de um grupo específico não concorre, mas amplia o escopo de avaliações sobre esse grupo fornecendo elementos para o debate, tomada de decisões e proposição de novas políticas públicas. Avaliar outros aspectos não exclusivamente econômicos expõe as reais disparidades existentes entre os diferentes grupos de produtores.

Outro aspecto importante a se destacar é que as ações governamentais relacionadas aos pequenos agricultores não priorizam aspectos que traduzem a heterogeneidade presente no próprio grupo decorrente dos fatores demográficos, da grande extensão de áreas rurais no país e da quantidade de produtores. Buainain et al. (2013) afirmaram que as ações governamentais devem se dar de forma diferenciada em função dos ambientes profundamente contrastantes do ambiente rural brasileiro, para isso “É necessário uma leitura correta das diferenças regionais existentes, a qual contribua para melhor redefinir as políticas correspondentes.” (BUAINAIN et al., 2013 p. 8). No último Censo Agropecuário, o IBGE (2009) elaborou, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário um caderno tratando especificamente do tema Agricultura Familiar no Brasil, entretanto, não levou em consideração aspectos intrínsecos presentes nos diferentes tipos de agricultores familiares existentes no país. Ao traçar o perfil da agricultura familiar focando exclusivamente sobre culturas agrícolas, limitou sua variação desconsiderando um grande grupo, como é o caso dos criadores de caprinos e ovinos, que se concentra principalmente na região Nordeste – a maior em número de estabelecimentos familiares. Em nenhuma página do referido caderno há referência a criadores de caprinos ou ovinos. A publicação é emblemática ao demonstrar a necessidade de se investigar detalhadamente, amparada por estudos técnicos, quem são os pequenos agricultores no Brasil, suas características e necessidades naquilo que é definido como política pública.

Esse artigo é desenvolvido apontando a importância econômica e social da criação de ovinos de corte para os agricultores familiares da região Nordeste do Brasil. Objetivou-se

demonstrar a importância do perfil socioeconômico dos criadores de ovinos de corte e sua importância na formulação de políticas públicas. Para isso, foram entrevistados 336 criadores do município de Tauá-CE. O município possui o maior rebanho do estado e figura entre os maiores do país.

1.1 Aspectos gerais da produção de ovinos

O Brasil ocupa a 16ª posição mundial em produção de ovinos com um rebanho de 17,6 milhões de cabeças (FAO, 2011). Apesar de possuir grande extensão de área, o Brasil detém somente 1,7% do rebanho de ovinos mundial, estando atrás da África do Sul, um país sete vezes menor, mas detentor de 2,3% do rebanho mundial (Tabela 1).

Tabela 01 – Classificação dos 10 países detentores dos maiores rebanhos de ovinos e sua contribuição percentual em relação ao rebanho mundial

Classificação	País	Rebanho	% em relação ao rebanho mundial
1º	China	138.840.219	13,3
2º	Índia	74.500.000	7,1
3º	Austrália	73.098.800	7,0
4º	Irã	49.000.000	4,7
5º	Nigéria	38.000.000	3,6
6º	Reino Unido	31.634.000	3,0
7º	Nova Zelândia	31.132.300	2,9
8º	Paquistão	28.086.000	2,7
9º	Etiópia	25.509.000	2,4
10º	África do Sul	24.302.800	2,3
16º	Brasil	17.662.200	1,7

Fonte: FAO, 2011

No Brasil, o rebanho de ovinos é de pouco mais de 17,5 milhões de cabeças (Tabela 1). Praticamente 60% (pouco mais de 10 milhões) desse total estão concentrados na região Nordeste (IBGE, 2006). Apesar de o rebanho estar distribuído por toda a região, a maior concentração de animais se dá nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí (Tabela 2).

Dentre os municípios nordestinos que possuem o maior rebanho destacam-se: Casa Nova-BA, Dormentes-PE, Juazeiro-BA e Tauá-CE. Considerando o número de animais por propriedades, verifica-se que Tauá apresenta o segundo maior índice, com um total de 53 animais por propriedade, ficando atrás somente de Juazeiro - BA (Tabela 3).

O município de Tauá possui o maior rebanho e o maior número de estabelecimentos rurais que criam ovinos no estado do Ceará. O município, localizado no sertão dos Inhamuns, se destaca por possuir um mercado tradicional de carne ovina que é abastecido pelo comércio de animais vivos, abatidos e de produtos cárneos semi-processados. Essas características juntamente com o papel que a ovinocultura desempenha para a economia regional levaram o Ministério da Integração Nacional a escolhê-lo como o primeiro município do país a receber aporte financeiro para desenvolver as atividades do Programa Rota do Cordeiro.

Tabela 2 – Rebanhos de ovinos nos diferentes estados da região Nordeste

Estado	Número de animais
Alagoas	209.117
Bahia	3.072.176
Ceará	2.142.567
Maranhão	231.348
Paraíba	447.406
Pernambuco	1.856.351
Piauí	1.397.864
Rio Grande do Norte	587.096
Sergipe	168.801
Total	10.112.726

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários que possuem ovinos, rebanhos ovinos e relação de rebanhos/número de estabelecimentos de ovinos nos quatro municípios nordestinos com maior rebanho de ovinos de corte.

Município	Número de Estabelecimentos Agropecuários que possuem Ovinos	Rebanho	Relação Rebanho/Número de Estabelecimentos Agropecuários
Casa Nova – BA	3.995	134.821	33,7
Dormentes – PE	2.094	81.215	38,7
Juazeiro – BA	2.227	133.348	59,8
Tauá – CE	2.438	129.686	53,1

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006)

O trabalho a ser desenvolvido em Tauá servirá de piloto para as demais localidades atendidas pelo Programa Rota do Cordeiro, que prevê também a capacitação continuada de técnicos e ações a serem desenvolvidas em outros estados da região Nordeste.

2. Metodologia

A presente pesquisa faz parte das atividades do programa Rota do Cordeiro, implantado pelo Ministério da Integração Nacional em parceria com a Embrapa¹. Como etapa inicial, um questionário foi elaborado com a participação das equipes de diferentes áreas de

¹ Em 2011 o Ministério da Integração Nacional elaborou, em parceria com a Embrapa Caprinos e Ovinos, o Programa Rota do Cordeiro. Este programa prevê a implantação de seis núcleos de inovação na produção de ovinos de corte em localidades com produção tradicional e concentração de rebanhos em diferentes estados do Nordeste. Tauá é o município piloto para as atividades do Programa. Os núcleos de inovação propostos dotarão de infraestrutura para terminação coletiva de cordeiros, centro de produção intensiva de forragens, mini fábrica de ração e receberão aparelhagem de vídeo conferência para facilitar a comunicação entre núcleos e desses com a Embrapa e outros parceiros. Toda esta estrutura tem por finalidade criar um ambiente que favoreça a demonstração e utilização de tecnologias que possam melhorar a renda do produtor de ovinos de corte, facilitando seu acesso ao mercado formal e incentivando-os ao associativismo.

pesquisa da Embrapa Caprinos e Ovinos². Esse questionário foi subdividido em três diferentes grupos a fim de coletar informações sobre características quanto ao perfil socioeconômico dos criadores, tecnologias de produção adotadas e caracterização da comercialização de carne ovina na região. No presente artigo foram abordados os tópicos relacionados ao perfil socioeconômico dos produtores.

Tauá possui um rebanho de ovinos de 129.686 animais (IBGE, 2006). Todo esse efetivo está concentrado em 2.438 propriedades. Para compor a amostra, 336 questionários foram aplicados junto a criadores de ovinos de corte do município de Tauá. O cálculo amostral, baseado em uma amostra aleatória simples, foi feito levando em consideração aquilo que preconiza Triola (2011), descrito por:

$$n = \frac{Z^2 \cdot \alpha / 2pq}{E^2}$$

em que:

N = Número de indivíduos na amostra;

$Z^2 \cdot \frac{\alpha}{2pq}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar;

q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence a categoria que estamos interessados em estudar ($q=1-p$);

E = Margem de erro ou Erro Máximo de Estimativa. Identifica a liderança máxima entre Proporção Amostral e a verdadeira Proporção Populacional (p).

Para aplicação do questionário foi realizado um treinamento em Tauá com duração de 16 horas com participação de 20 técnicos selecionados pela Secretaria de Agricultura do município, parceira do projeto. Ao final do treinamento, para validação do questionário, um pré-teste foi realizado a fim de capacitar os técnicos responsáveis pela coleta de dados, verificar o tempo médio de aplicação do questionário e identificar questões que porventura que não estivessem adequadas à estrutura do questionário.

Após a aplicação do pré-teste, o questionário foi reformulado e iniciou-se a coleta dos dados em campo entre os dias 05 e 15 de novembro de 2012. O grupo de 20 aplicadores foi redistribuído em quatro equipes com cinco entrevistadores cada, sendo que em cada equipe, foi escolhido um integrante para ser coordenador da equipe, conforme desempenho alcançado no treinamento e pré-teste realizados.

Ao longo de dez dias, cada equipe, sempre trabalhando em dois turnos, era responsável por uma determinada área definida de acordo com a rota de cobertura dos diferentes distritos que compõem o município. Para a escolha das propriedades participantes da pesquisa utilizou-se o cadastro de produtores rurais, fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura do município.

Os dados foram cadastrados, tabulados e analisados estatisticamente utilizando o software SPSS-21®.

O artigo está subdividido em três seções. A primeira seção apresenta a metodologia utilizada para o trabalho, o escopo da pesquisa e o plano amostral para definição do público e composição da amostra. A segunda seção traça o perfil dos entrevistados discutindo aspectos

² A Embrapa Caprinos e Ovinos é uma das unidades descentralizadas da Embrapa, e está situada no município de Sobral – CE. Para maiores informações, acessar: www.cnpc.embrapa.br

relacionados aos resultados encontrados. Aspectos relacionados a educação, gênero, domicílio rural, sistema de produção e comercialização são descritos a fim de apontar as características que definem os criadores de ovinos de corte em Tauá. A última seção tece considerações finais a respeito dos resultados e aponta algumas questões importantes no tocante à necessidade de se formular políticas públicas amparadas em aspectos capazes de atender os diferentes segmentos de pequenos produtores rurais presentes na agricultura brasileira, sobretudo os criadores de ovinos de corte.

3. Resultados e Discussão

a) Perfil dos Entrevistados

Tauá tem uma população de 55.716 pessoas (IBGE, 2010), sendo que 42,10% delas residem na zona rural. O percentual de pessoal ocupado é de 8,34% e a renda per capita é de R\$ 4.964,24. O município apresenta IDHM de 0,633³, estando na 46ª posição entre os municípios cearenses. As variáveis gênero, idade, cor, estado civil, percentual de tempo dedicado à propriedade, dentre outras, descritas a seguir ajudam-nos a compreender melhor os resultados apontados pelo PNUD e IBGE, além de nos fornecer elementos para entender como se reproduzem determinadas relações sociais e como elas interferem no modo de produção adotado.

a.1) Proprietários e Cônjuges

Os resultados encontrados advindos das entrevistas realizadas junto aos 336 criadores revelam que 97,3% das propriedades são chefiadas e apenas 2,4% por mulheres. A média de idade dos proprietários e cônjuges é 55,8 e 52,8 anos, respectivamente. Os casais têm praticamente a mesma faixa etária e são estáveis, dado que 97,3% dos entrevistados se declararam casados tendo, em média 2,1 filhos. O aumento da expectativa de vida observada nos últimos anos também se faz presente no grupo estudado. As famílias são compostas por pais de meia idade sendo 61,3% dos proprietários e 53,9% dos cônjuges com faixa etária acima dos 50 anos.

A maioria dos entrevistados tem sua vida profissional dedicada exclusivamente à lida do campo, mas a idade avançada não os permitirá desempenhar com desenvoltura as árduas tarefas da atividade agrícola. Ressalta-se que a maioria dos criadores está a 10 anos do início da faixa de idade considerada idosa pelo IBGE, portanto têm “vida agrícola” limitada, cabendo indagar quais estratégias seriam adotadas para suprir a mão de obra para a continuidade da atividade; e se entre essas estratégias os filhos estão aptos a suceder os pais na atividade.

Buainaim e Dedecca (2009) afirmaram que oferta de mão de obra rural está condicionada às oportunidades das atividades não-agrícolas. Elas redefinem a estratégia adotada pela família para a permanência ou não na atividade agrícola, de forma exclusiva ou consorciada. A depender do dinamismo das demais cadeias produtivas, são muitas as

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, é uma medida resumida do progresso utilizando três dimensões: saúde, educação e renda.

A classificação varia de 0 a 1, sendo:

Muito Alto: de 0,800 a 1,000; Alto: de 0,700 a 0,799; Médio: de 0,600 a 0,699; Baixo: de 0,500 a 0,599; Muito Baixo: de 0,000 a 0,499.

Os resultados dos índices encontrados servem como balizador para a população e gestores na elaboração de políticas públicas.

ofertas de empregos para as famílias rurais. Eles podem estar localizados em grandes centros populacionais ou se concentrar em localidades tradicionalmente especializadas em ofertar determinado segmento produtivo (indústrias processadoras, construção civil, parque automotivo, setor farmacológico, turismo, varejo, imobiliário, serviços domésticos, entre outros).

Dependendo da distância e o risco de oportunidade, essas localidades podem se tornar polos migratórios para as quais convergem as famílias rurais. Silva e Jesus (2010) afirmaram que a migração é resultante das condições economicamente desiguais do país e do cálculo-racional econômico que os indivíduos fazem em busca de melhores salários e condições de vida. Os mesmos autores apontaram que o processo migracional atinge principalmente os jovens em função das perspectivas de condições ideais e qualidade de vida advindos do acesso à infraestrutura e bens de consumo. A juventude rural de Taúa pode suceder os pais na atividade agrícola caso se amplie a visão sobre seu papel na família e na propriedade rural. Para que isso ocorra, é necessário um conjunto de políticas públicas que promova qualificação profissional, ocupação e renda na propriedade e a garantia de serviços públicos essenciais para que os jovens possam ter a perspectiva de alcançar seus objetivos em função dessa atividade.

a.2) Grau de Instrução dos Proprietários e Cônjuges

Para as análises quanto ao grau de instrução, foram considerados adultos os homens e mulheres com idade acima de 25 anos, como utilizado pelo IBGE. Verificou-se que as mulheres são mais instruídas que os homens. Entretanto, os valores estão abaixo dos relatados pelo Instituto para a região Nordeste. O índice de analfabetismo é maior entre os homens (Figura 1). Somente 4% dos homens entrevistados têm curso superior. Para esse grupo, o Censo Demográfico (IBGE, 2010) aponta um valor de 6,1% para a Região Nordeste (Tabela 4). Já para as mulheres, os valores continuam abaixo daqueles divulgados pelo Instituto, que indicou que 8,4% das mulheres acima de 25 anos na Região Nordeste possuem curso superior, algo percebido em 6% das entrevistadas.

Os resultados da pesquisa apontam para os obstáculos e as limitações impostas ao processo educacional no ambiente rural. A baixa escolaridade do grupo de entrevistados, cuja média de idade é de pouco mais de 50 anos reflete o legado do sistema educacional pouco eficiente, deficitário e concentrado em ambientes urbanos do período escolar frequentado por eles nas décadas de 60 e 70 do século passado. Ainda hoje, os vultosos investimentos e a ampliação de programas educacionais nos últimos anos não refletem a qualidade da educação e os resultados de aprendizagem, sobretudo no meio rural.

A educação é um dos fatores que explica a permanência ou a superação da pobreza. Helfand e Pereira (2010) afirmaram que a educação contribui para a elevação da produtividade e uso adequado de tecnologias e insumos agrícolas, é determinante para o acesso a empregos não-agrícolas, é preponderante para definir os resultados do processo migracional enquanto caminhos para transposição da pobreza ou realocação de pobres rurais em centros urbanos, também é componente importante no processo de transferência de renda.

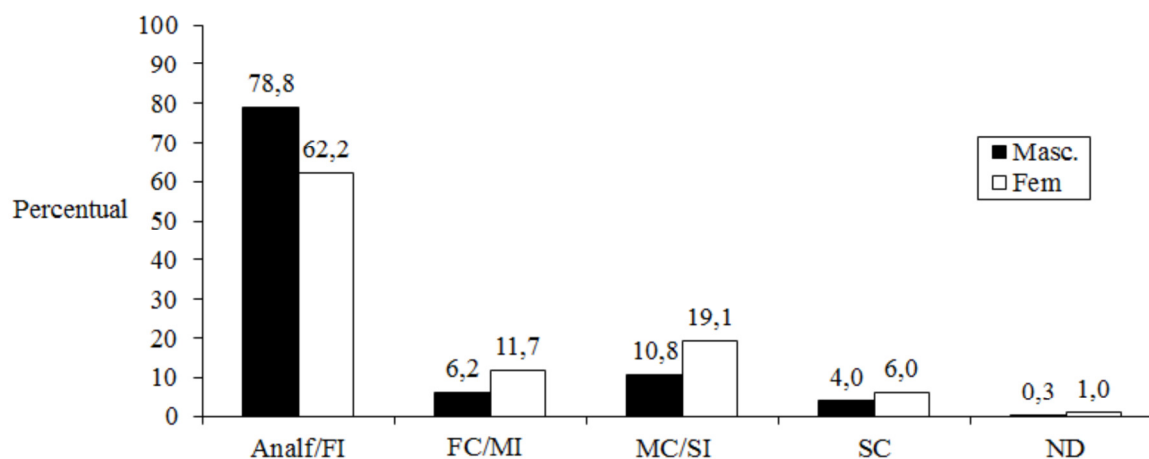


Figura 1 – Percentual de pessoas com 25 anos ou mais de idade do sexo masculino (Masc) e feminino (Fem) classificadas de acordo com grau de instrução: analfabetos (Analf), ensino fundamental incompleto (FI), ensino fundamental completo (FC), ensino médio incompleto (MI), ensino médio completo (MC), superior incompleto (SI), superior completo (SC) e não determinado (ND)

a.2) Filhos

As famílias dos entrevistados são pequenas, tendo em média 2,16 filhos por casal. Este valor está um pouco acima do que aquele registrado para o estado do Ceará, que é de 2,04 filhos (IPECE, 2010). A média de idade dos filhos é de 25,8 anos e a predominância do sexo masculino, sendo 54,2% desse gênero e 45,8% do gênero feminino.

a.2.1) Grau de Instrução dos filhos

Quando se compara a relação entre grau de instrução e gênero dos filhos, percebe-se que o percentual de homens é maior nas séries iniciais e a partir do Ensino Médio esse quadro se inverte. O percentual de mulheres (19,1%) no ensino superior é maior que o de homens (10,2%) (Figura 2). Os dados revelam que 64,5% dos filhos do sexo masculino não estão matriculados em nenhum nível escolar. Eles frequentam as séries iniciais, mas a partir da fase pré-adulta, a prioridade é dedicar-se à uma outra atividade, essencialmente não-agrícola, fora do ambiente rural. Permanecem vinculados à família pela residência conjunta aos pais até a fase adulta e assemelham-se a eles pelo baixo grau de instrução e qualificação profissional.

Tabela 4- Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e o nível de instrução – 2010

Sexo e nível de instrução	Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	49,3	53,6	59,0	43,7	48,0	46,8
Fundamental completo e médio incompleto	14,7	14,0	12,0	15,8	16,0	14,8
Médio completo e superior incompleto	24,6	24,5	21,7	26,4	23,8	25,1
Superior completo	11,3	7,6	7,1	13,7	12,1	13,2
Não determinado	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	50,8	57,2	62,3	44,0	48,3	49,5
Fundamental completo e médio incompleto	14,9	14,0	11,9	16,3	16,7	15,0
Médio completo e superior incompleto	24,1	22,4	20,0	26,7	24,2	23,9
Superior completo	9,9	6,1	5,6	12,6	10,6	11,3
Não determinado	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	47,8	49,9	56,0	43,5	47,6	44,1
Fundamental completo e médio incompleto	14,4	14,0	12,2	15,4	15,3	14,5
Médio completo e superior incompleto	25,0	26,7	23,3	26,1	23,3	26,2
Superior completo	12,5	9,1	8,4	14,6	13,5	14,9
Não determinado	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

O presente trabalho está de acordo com os resultados apresentados por Miranda et al. (2013) demonstraram que repetição e atraso escolar acometem os jovens, principalmente do sexo masculino, filhos de proprietários rurais, ainda nas séries iniciais. Os mesmos autores

comparando jovens com faixa etária de 14 anos que estavam na 7ª série, verificaram que o percentual daqueles que residiam em áreas urbanas era de aproximadamente 60%, enquanto que para os de áreas rurais era de 39%, uma diferença de 21 pontos percentuais; demonstraram ainda que 55% da população rural de até 14 anos não frequentavam a escola ou estavam em uma série inferior à esperada. Aliada a evasão escolar, outro aspecto limitante ao fator educacional é que a progressão escolar é mais lenta em crianças da zona rural. Apesar da política bem sucedida de manutenção da maioria dos jovens de até 14 anos na escola, o atraso escolar continua a ser um desafio àqueles que residem no meio rural.

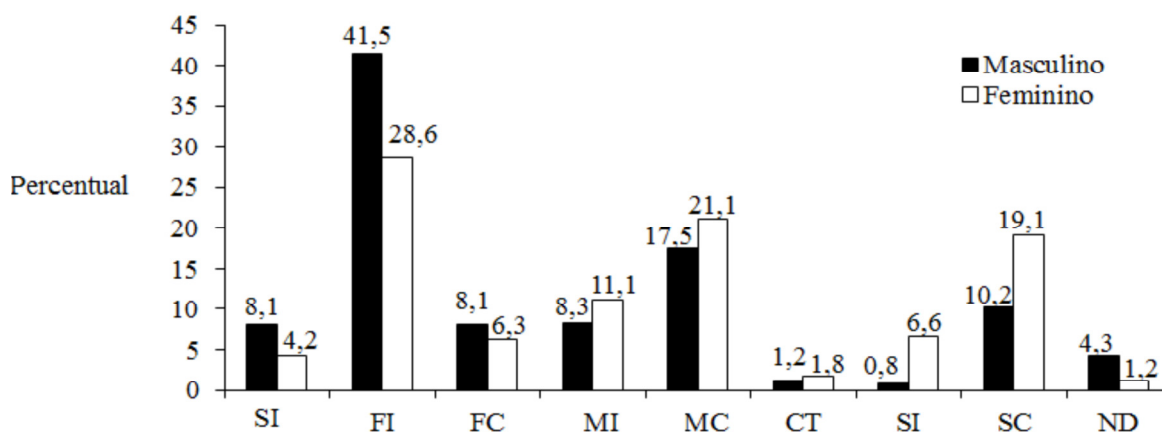


Figura 2 – Grau de instrução dos filhos de acordo com o gênero (%). Sem Instrução (SI), Ensino Fundamental Incompleto (FI), Ensino Fundamental Completo (FC), Ensino Médio Incompleto (MI), Ensino Médio Completo (MC), Curso Técnico (CT), Superior Incompleto (SI), Superior Completo (SC), Não Determinado (ND).

Dado que os filhos dos criadores são em sua maioria compostos por jovens adultos, com média de idade acima de 25 anos, do gênero masculino, não estudantes e vinculados à propriedade rural através da moradia, é possível inferir que eles estejam dedicando parte do seu tempo livre à criação de ovinos conjuntamente com os pais. Entretanto, isso não foi observado analisando os dados do presente estudo. A maioria dos filhos, em qualquer faixa etária, não contribui com a força de trabalho em nenhum momento para a atividade agrícola (Figura 3). Todo o tempo livre é dedicado à outra atividade que não seja a criação de ovinos. Entre os jovens em idade escolar, aqueles que se situam entre 1-15 anos, 80,1% deles não dedicam nenhuma hora de seu tempo livre à atividade rural. Entre aqueles de 16-25 anos o percentual diminui para 63,3%. Já entre 26-35 anos, uma faixa considerada de jovens adultos e onde a maioria já constituiu uma nova família, 67% não dedicam nenhuma hora de seu tempo livre à propriedade rural. Ou seja, filhos, em sua grande maioria, não reproduzem o modo de vida social dos pais pautados no desempenho da atividade, uso e valorização da terra.

De certa forma, esse levantamento responde um dos questionamentos apontados anteriormente a respeito da continuidade da atividade pelos filhos dos criadores: tanto as famílias quanto os filhos, particularmente em idade adulta, não foram impelidos a migrar para grandes centros e contribuir para a elevação da taxa de êxodo rural. Eles têm permanecido próximos à residência dos pais, conectados geralmente a um polo produtivo capaz de absorver mão de obra. Tauá possui, de acordo com as Estatísticas de Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2011), 1.282 empresas cadastradas com 4.651 pessoas ocupadas que recebem em média, 1,7 salários mínimos, rendimento bem maior do que aquele auferido pela maioria dos

pequenos produtores. Segundo Guanziroli et al., (2010) não cobre metade dos custos de oportunidade de um trabalhador local.

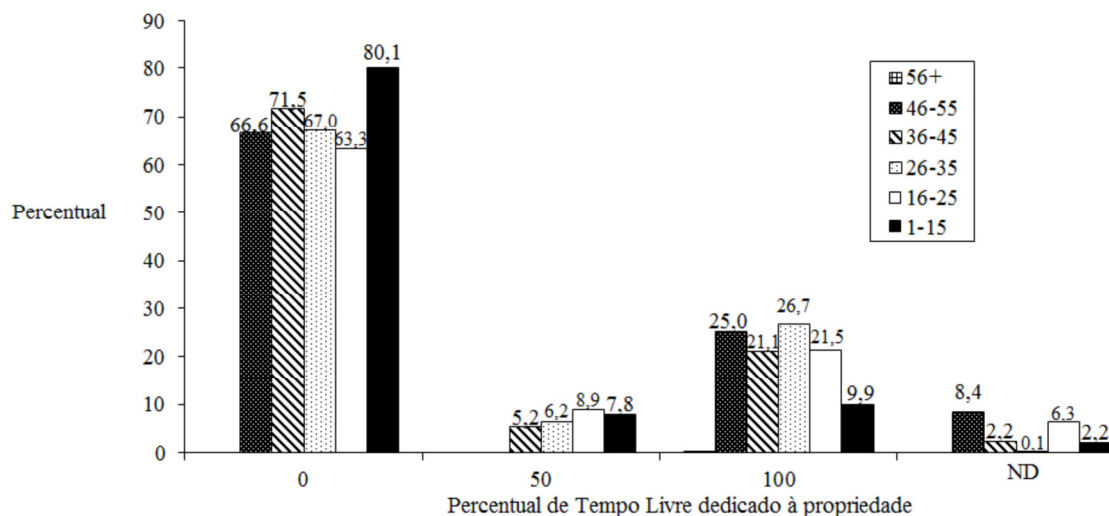


Figura 3 – Percentual do tempo livre dedicado pelos filhos à propriedade de acordo com a faixa etária. ND – Não determinado

a.3) Aspectos da propriedade

A área média das propriedades rurais visitadas nos distritos é de 113,7 ha. Agrupando-as em módulos fiscais, seguindo modelo proposto pelo INCRA⁴, 84,8% das propriedades visitadas possuem até dois módulos fiscais (Figura 4). São propriedades pequenas, onde os animais são criados extensivamente tendo Caatinga, como principal fonte de alimentos. São pouco tecnificadas – somente 3,9% dos criadores entrevistados possuem trator e implementos agrícolas e 83,9% não empregam mão de obra externa. Não há acompanhamento técnico em 80,2% delas e 80,4% dos criadores não fazem qualquer anotação sobre produção.

⁴ Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: 1) Tipo de exploração predominante no município; 2) Renda obtida com a exploração predominante; 3) Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; 4) Conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

De acordo com a lei, é considerada:

- Pequena Propriedade o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

- Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

Esse parâmetro serve também de parâmetro para definir os beneficiários do Pronaf (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais).

Para o município de Tauá, cada módulo corresponde a 90 hectares.

Para a maioria dos criadores, a qualidade nutritiva é o principal fator para aquisição de alimento, independente do custo, embora somente 12,2% deles tenha recebido algum tipo de orientação técnica sobre nutrição animal. A imunização do rebanho é feita em 88% das propriedades, embora 90,1% dos criadores entrevistados nunca solicitou qualquer tipo de exame laboratorial para detecção de doenças. Apesar de 97,3% dos criadores realizarem, em média, 3 vermifugações nos rebanhos ao ano, as verminoses, juntamente com a linfadenite caseosa, são as doenças mais relatadas pelos criadores.

Não há qualquer planejamento reprodutivo em 87,8% das propriedades, sendo a monta natural não controlada o único sistema de acasalamento e prática reprodutiva adotada. Os criadores entrevistados alegam que 5 anos é a idade que consideram um reprodutor velho e sua substituição se dá a cada 2 anos para 70,4% dos entrevistados.

Apesar de haver combinações com outras espécies de rebanho, o polo produtivo pecuário da região é predominantemente voltado para a produção de ovinos: 84,2% dos entrevistados criam esse tipo de animal. Bovinos e Caprinos são criados exclusivamente por 2,68% e 4,46% dos entrevistados. Conforme demonstrado, apesar da importância da criação de ovinos na região, as propriedades apresentam baixo nível tecnológico, pouco produtivas, carentes de acompanhamento técnico especializado e de gerenciamento produtivo, características muito comuns às pequenas propriedades agrícolas presentes no Nordeste brasileiro. A propriedade enquanto unidade produtiva se mantém subvalorizada, deficiente tecnológica e administrativamente, não atendendo seu precípuo básico de fomentar riqueza, destinando-se essencialmente a um local de moradia. Esses resultados também foram descritos por Alves e Rocha (2010).

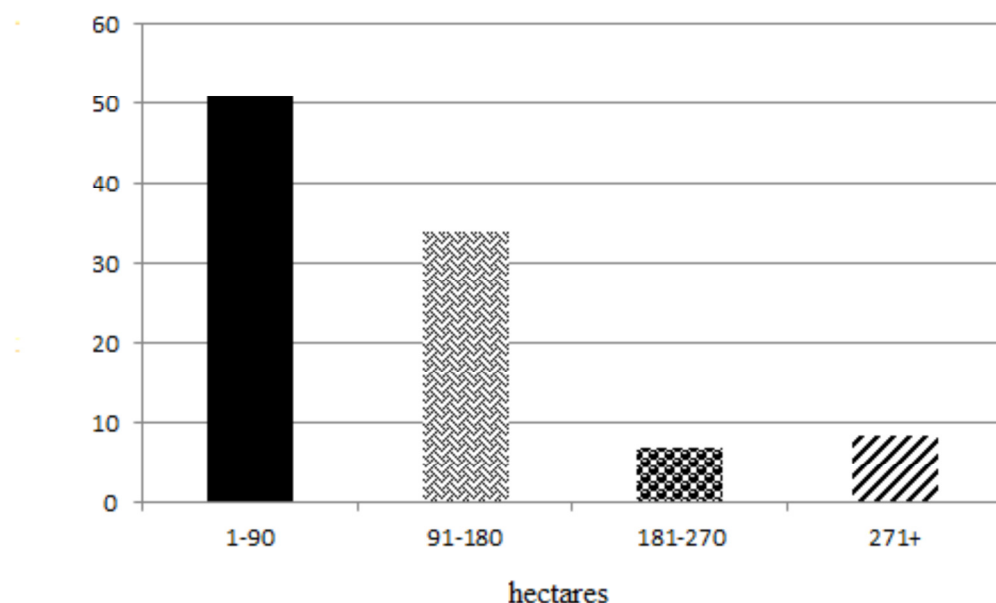


Figura 04 – Percentual da Área das propriedades em módulos fiscais. Para o município de Tauá, cada módulo equivale a 90 hectares.

a.4) Aspectos do domicílio

Quanto aos aspectos do domicílio, as propriedades possuem em média 7 cômodos, sendo pelo menos dois deles utilizados permanentemente como dormitórios. Praticamente todas as residências foram construídas utilizando-se alvenaria com tijolo revestido e em

apenas 0,9% a edificação é feita de taipa (Figura 5). O piso revestido por cerâmica foi relatado por 80,1% dos entrevistados e 26,8% das propriedades são abastecidas por água canalizada proveniente de rede de saneamento ambiental. Há pelo menos um banheiro integrado ao domicílio em 89,6% das propriedades, e em 58,6% delas o escoamento dos resíduos sólidos é feito através de fossa séptica. Somente 1,2% das propriedades possuem rede coletora de esgoto e em 7,5% delas, o escoamento dos resíduos sólidos é feito a céu aberto (Figura 6). O sistema de coleta de lixo é presente em 8,6% das propriedades, já em 82,1% delas, ele é queimado ou enterrado na própria propriedade.

Praticamente todas as propriedades possuem luz elétrica. Observou-se que a maioria das propriedades foi edificada utilizando materiais nobres e com certa infraestrutura capaz de abrigar dignamente as famílias. Os reflexos das políticas econômicas implantadas a partir da década de 90 do século passado permitiram à população mais carente acesso ao crédito e proporcionou a oferta para consumo de bens de primeira necessidade, entre eles, itens relacionados à construção civil. Outro aspecto positivo resultante da pesquisa e diretamente ligado à qualidade de vida e a produtividade é o amplo acesso dos entrevistados ao sistema de eletrificação. Os esforços e investimentos nos últimos anos, oriundos principalmente do governo federal no tocante a esse tipo de política pública, proporcionaram a um grande número de famílias do meio rural acesso à energia elétrica. Apesar dos bons resultados em alguns aspectos, percebe-se que a maioria dos criadores carece de serviços essenciais do Estado. A precária disponibilidade de serviço de saneamento básico nas propriedades é um exemplo disso.

Não restam dúvidas da importância do acesso à água potável, principalmente em localidades do Semiárido brasileiro, e novamente os esforços e investimentos realizados pelo governo federal na construção e doação de cisternas são imprescindíveis, entretanto deve-se ampliar seus benefícios promovendo práticas ou técnicas que permitam à população rural a melhoria da qualidade da água. Não é objeto desse trabalho relatar a correlação de doenças infecciosas e a falta de esgotamento sanitário, mas sabe-se que muitos gastos na área da saúde seriam evitados se houvesse ações e investimentos em saneamento básico.

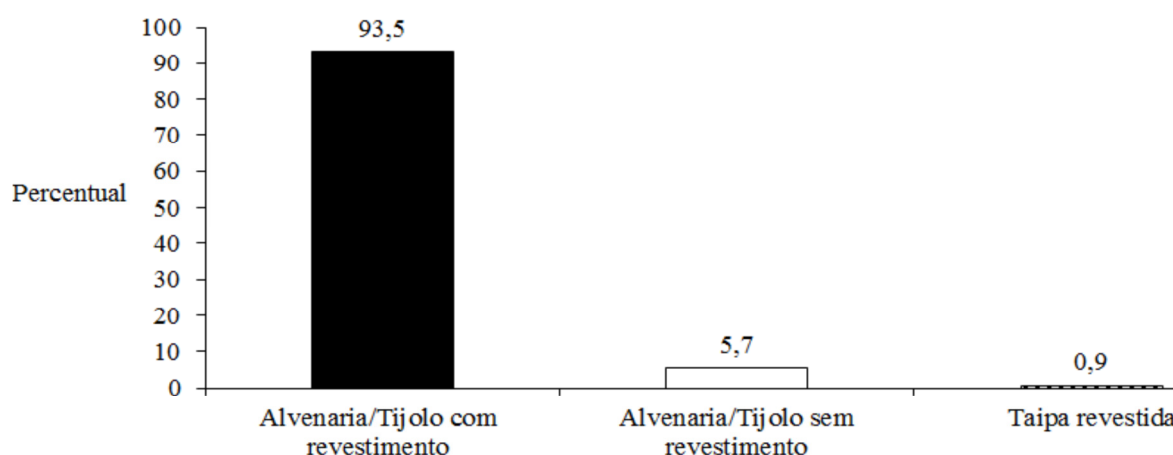


Figura 05 – Tipos de materiais utilizados na construção e revestimento externo das paredes do domicílio (%)

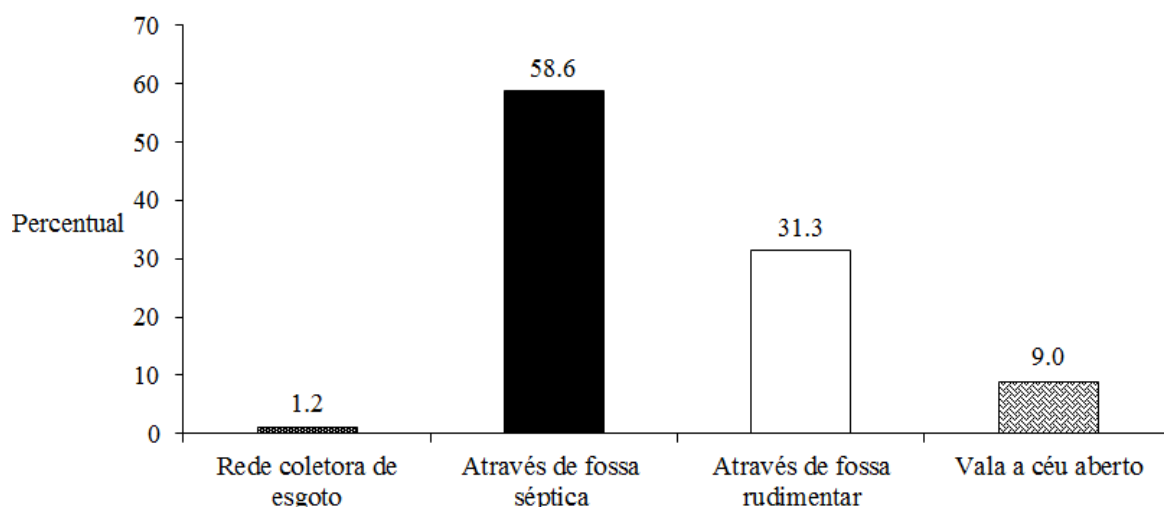


Figura 06 – Formas de escoamento dos resíduos sólidos (%)

a.5) Aspectos sobre a comercialização de animais

De acordo com os dados da pesquisa, enquanto a receita média da produção de ovinos auferida ao produtor em 2011 foi de R\$ 4.746,31, a de bovinos⁵, que obteve o patamar mais alto, foi de R\$ 5.858,73. A diferença foi de R\$ 1.112,42. Enquanto o valor médio pago ao produtor por um bovino foi de R\$ 591,40, o valor pago pelos ovinos foi de R\$ 118,20, bem próximo aos valores pagos pelos caprinos, que foi de R\$ 103,50 (Figura 7). De acordo com o levantamento realizado, 84,2% dos entrevistados são criadores de ovinos e comercializaram no ano de 2011, 8.576 animais⁶, gerando uma receita de R\$ 1.014.102,00 (um milhão quatorze mil e cento e dois reais).

⁵ Preço pago por uma vaca com peso médio de 350 Kg. Já os ovinos e caprinos foram comercializados com peso médio de 30Kg.

⁶ Apesar do volume de animais comercializados, não há registros no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura, de nenhum abate de ovinos no Estado do Ceará no período estipulado.

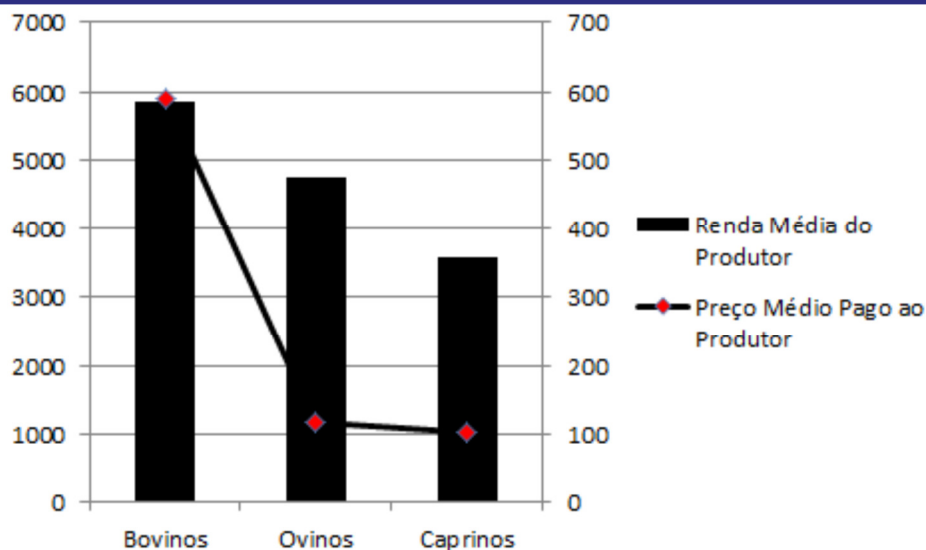


Figura 07 – Renda Média e Preço Médio pagos aos produtores de Bovinos, Ovinos e Caprinos.

Apesar do número de ovinos comercializados e o montante de recursos dispendidos, a atividade requer um processo de comercialização capaz de assegurar sustentabilidade e segurança aos consumidores. A comercialização de ovinos não segue um fluxo tradicional semelhante aquele das tradicionais cadeias produtivas pecuárias (bovinos, suínos e aves). Dentre os entrevistados, 73,5% relataram ter mantido algum processo de comercialização de animais com atravessadores.

No caso de ovinos, a figura do atravessador exerce um papel preponderante nas relações de comercialização, pois ele, dada a fragilidade das ações do Estado quanto ao comércio, transporte, fiscalização e abate inspecionado de animais, torna-se um dos responsáveis por fornecer os animais, vivos ou abatidos aos demais agentes produtivos. Diante do atual quadro produtivo, o atravessador exerce um elo importante e sua presença no processo de comercialização de animais é inversamente proporcional à presença do Estado. As oportunidades de mercado criadas pelas limitações de fiscalização e controle efetivos das diferentes esferas administrativas (federal, estadual, municipal) no tocante a aspectos tributários, de transporte, abate, processamento e comercialização de carne e derivados ensejam um pequeno grupo, nem sempre originalmente constituídos por criadores de ovinos, a ocupar essa lacuna nos elos produtivos. A cadeia produtiva de ovinos em Tauá se ampara na figura de um agente externo, não reconhecido pelo ente público, consolidado pelas oportunidades de um mercado não-sustentável do ponto de vista produtivo, mas potencialmente rentável do ponto de vista econômico.

Conclusões

Neste artigo fez-se um diagnóstico das atuais condições socioeconômicas dos criadores de ovinos do município de Tauá. Através de um estudo empírico com recortes qualitativo e quantitativo traçou-se um quadro panorâmico das relações sociais presentes no grupo estudado a fim de demonstrar suas peculiaridades e a necessidade de elaboração de políticas públicas específicas a esse grupo.

A coesão familiar demonstrada pelos vínculos familiares, a elevada idade dos pais e seus conseqüências na sucessão familiar, as limitações decorrentes da baixa escolaridade dos criadores, o perfil social dos filhos, o nível tecnológico da propriedade e seus aspectos produtivos, a caracterização do domicílio, a vulnerabilidade das famílias dada a falta de oferta de serviços essenciais, os arranjos produtivos da cadeia de ovinos no município, a ausência de métodos de controle institucionais no processo de comercialização a fim de garantir segurança e sustentabilidade da atividade foram alguns dos tópicos abordados neste trabalho a fim de tipificar o grupo estudado.

Tratar indistintamente os agricultores familiares como se fossem uno restringe a análise a respeito de seus comportamentos e particularidades. Ao tipificá-los dá-se a possibilidade de entender as relações e as assimetrias existentes entre eles. Conhecer e interpretá-los sob aspectos socioeconômicos evidencia as situações dos diferentes grupos nos diferentes espaços sociais, que são compostos por interesses particulares, estratégias próprias de subsistência e de produção regidas de maneira diferenciada a depender dos desafios e oportunidades que lhes são oferecidos.

Sabe-se que a elaboração de políticas públicas visa aplacar as necessidades de diferentes grupos a fim de integrá-los socialmente no contexto político. Não restam dúvidas que as políticas públicas que trataram da transferência de renda, acesso a crédito, acesso à água potável, aquisição de alimentos, desenvolvimento econômico, eletrificação rural e reordenamento fundiário tiveram impactos importantes sobre as condições de vida da população rural. Entretanto, não foram capazes de contemplar integralmente os anseios dos subgrupos que a compõem. Essas diferenciações imprime a necessidade de reformulação ou elaboração de políticas públicas específicas. Os criadores de ovinos de corte de Tauá, constituídos em sua maioria por agricultores familiares, conforme demonstrado no presente artigo, demandam políticas públicas distintas que vislumbrem, por exemplo, perspectivas de educação rural no campo, estratégias para a sucessão familiar, acesso, uso e adoção de tecnologias, eficiência dos mecanismos institucionais no mercado produtivo, oferta de saneamento básico e serviços de saúde.

Outro importante aspecto apresentado diz respeito à juventude rural de Tauá. A falta de qualificação profissional no campo, lazer, acesso a bens culturais, de consumo, tornam o meio rural um local desprovido de perspectivas para a maioria dos jovens. Seus anseios são construídos em função de um meio que lhes garanta boa qualidade de vida e condições para seu desenvolvimento, algo não vislumbrado na atividade agrícola ou no meio rural. Demonstrou-se ao longo do artigo os problemas decorrentes da falta de escolaridade, principalmente dos jovens do sexo masculino, a inadequação da idade e a série cursada, a busca por uma ocupação diferente daquela ocupada pelos pais. A questão da juventude rural é complexa e exige soluções coordenadas que perpassam diferentes agentes que tenham o jovem concebido como um indivíduo dotado de preferências, aprendizados, perspectivas e identidade social.

Por serem distintas, as realidades agrárias requerem ações diferenciadas. Daí surge a importância de estudos detalhados a respeito dessas diferentes realidades. Solucionar determinados problemas exigem análises acuradas a respeito de sua gênese, desenvolvimento

e replicação. É a partir desse entendimento que abre-se a oportunidade de elencar estratégias que permitam solucioná-los.

Referências Bibliográficas

- ALVES, E. ROCHA, D.P.; Ganhar tempo é possível? In: *A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. IPEA, Brasília-DF, 2010. 298p.
- ABRAMO. H., W.; FREITAS, M., V.; SPOSITO, M., P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BUAINAIM, A.M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C.E.; *Agricultura familiar e o novo mundo rural*. Sociologias, Porto Alegre – RS, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.
- BUAINAIM, A.M.; DEDECCA, C.S. *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília, DF. IICA, 1ª edição, v. 9, 2009, 509 p.
- BUAINAIM, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro*. Revista de Política Agrícola, nº 2. Brasília-DF, Jun./2013. 25p.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.100p.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>, acesso em 20/05/2013.
- IPECE. *Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará*. Disponível In: <http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/5369-taxa-de-fecundidade-no-ceara-cai-2048-entre-20002010>, acesso em 13/05/2013
- GUANZIROLI, C.E.; BUAINAIM, A.M.; DI SABBATO, A. *Dez anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996-2006)*. Revista de Economia e Sociologia Rural, Volume 50, Nº 2, p. 351-370, Piracicaba – SP, Abr/Jun 2012.
- KAGEYAMA, A.A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; *Uma tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006*. Revista de Economia e sociologia Rural, Volume 51, Nº1, p.105-122, Piracicaba – SP, Jan/Mar 2013.
- MIRANDA, C.; TIBURCIO, B.; BUAINAIN, A.M.; DEDECCA, C.; *A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e questão regional*. IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.17. Brasília-DF, 2013
- NAVARRO, Z. *A Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica*. In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.G.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. IPEA, Brasília-DF, 2010. P.185-209.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M.T.M.; *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília-DF, 2011. 248p.
- SILVA, J.R.; JESUS, P.; *Juventude Rural e Agricultura Familiar: Os determinantes dos processos migratórios e os desafios para preservação da agricultura familiar*. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, PE, 2010.
- SOUSA, I.S.F.; SILVA, J.S.; *Agricultura Familiar e tecnologia*. in: *Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária*. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília-DF, 2006. 434p.
- TRIOLA, M. *Introdução à Estatística*. 10 ed. Rio de Janeiro, LTC, 2011. 696p.